





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO**

## **ACTA Nº. 09/09**

### **DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E NOVE**

*Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----*

***PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES***

***VEREADORES: JOSÉ HENRIQUE SERRA DA GRAÇA  
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA  
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA  
NUNO ALEXANDRE CAMACHO CABRAL FERRÃO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA  
RENATO JOSÉ DINIS GONÇALVES***

*Às dezassete horas e trinta e oito minutos com a presença da Assistente Técnica da Divisão de Gestão Administrativa do Departamento Administrativo e Financeiro, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de*

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*O Senhor Vereador Nuno Canta leu as seguintes declarações, cujo teor abaixo se transcreve “1 - A Qualidade da Água para Consumo Humano no Seixalinho - Durante o dia 21 de Abril de 2009 foi detectada uma alteração na qualidade da água da rede pública de abastecimento na Estrada do Seixalinho. Esta alteração foi provocada por uma contaminação da rede pública de abastecimento de água a partir da rede interna da ETAR do Seixalinho, da responsabilidade da SIMARSUL, S. A., e que teve eventual origem na indevida ligação da rede de rega de água reutilizada à rede interna da ETAR que é abastecida a partir do ramal de ligação à rede pública municipal. Esta interligação, totalmente alheia ao conhecimento dos SMAS de Montijo, para além de técnica e sanitariamente imprudente, violou o estipulado no artigo 105.º do Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e*

*Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais. Logo que foi detectada esta contaminação, os SMAS de Montijo desenvolveram de imediato os procedimentos adequados, através de Avisos à população afectada, confinando a conduta afectada com isolamento e suspensão do abastecimento a partir da rede contaminada e, por fim, com a comunicação às Autoridades competentes, nomeadamente à Senhora Delegada de Saúde Pública e ao Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR). Esta contaminação foi igualmente transmitida e imputada à SIMARSUL, S. A., tendo a empresa assumido de imediato e integralmente toda a responsabilidade pelo sucedido, traduzido pelo acompanhamento no terreno de todo o desenvolvimento da situação pelos seus serviços técnicos e Conselho de Administração. A delimitação da zona afectada foi possível através da realização de análises expeditas à condutividade da água. Deste modo, os serviços recolheram análises com elevada condutividade na área da conduta de abastecimento da Estrada do Seixalinho, enquanto nas zonas adjacentes a condutividade da água apresentava valores normais. Contudo, por prudência, foram vigiadas as condutas adjacentes e recomendado o não consumo nos equipamentos escolares, nomeadamente os do Bairro da Caneira. As manobras de lavagem e desinfecção da tubagem da rede pública e das redes interiores dos consumidores, foram iniciadas imediatamente após a suspensão do abastecimento, tendo-se nesta fase solicitado o abastecimento alternativo aos Bombeiros Voluntários de Montijo e o acompanhamento por parte dos serviços municipais de Protecção Civil. A operação de desinfecção das condutas decorreu durante a noite de 21 de Abril e manhã do dia 22 de Abril, e foi permanentemente monitorizada através da realização de análises de qualidade por um laboratório certificado. Os serviços municipalizados procederam igualmente à substituição de todos os contadores dos ramais da conduta afectada, num total de 60 contadores. Concluída e certificada a eficácia da desinfecção e expurgadas as tubagens do produto desinfectante, foi possível restabelecer o abastecimento na área do Seixalinho, durante o dia 24 de Abril de 2009. Todo o processo foi acompanhado pelo IRAR, que elogiou a prontidão e os procedimentos desencadeados pelos SMAS de Montijo, tendo questionado a SIMARSUL, S. A., pelo sucedido, tendo sido solicitado a esta empresa multimunicipal a apresentação de certificado de conformidade relativo a todas as suas instalações no Município de Montijo e referente à não existência de qualquer tipo de interligação internas passíveis de provocarem mais incidentes desta natureza. Queremos para finalizar, deixar uma palavra de reconhecimento a todos os funcionários envolvidos na acção e, ainda, realçar a competência que os serviços demonstraram na salvaguarda da Saúde Pública”*

**2 - Inauguração do Museu Agrícola – Espaço Museológico da Atalaia** - No passado dia 25 de Abril, a Câmara Municipal de Montijo inaugurou o Museu Agrícola que, presentemente, está instalado nos edifícios recuperados da Quinta da Atalaia. A integração da inauguração do Museu Agrícola nas comemorações do dia 25 de Abril, data



*da revolução dos cravos, prende-se com a ideia de associar a evocação de valores fundamentais para a comunidade. O Museu da Quinta da Atalaia preserva os nossos valores da ruralidade, um dos valores fundamentais na construção da cultura montijense. Paralelamente, as comemorações do dia 25 de Abril exaltam valores como a liberdade, o humanismo e o poder local democrático, valores fundamentais para o povo português. Uma cidade faz-se pela justaposição de áreas e de elementos relevantes ou de excepção que costumamos designar por “marcos” sem que sejam obrigatoriamente “históricos”, podendo ser, nalguns casos, uma quinta rural ou um jardim. Um pouco por todo o território do Município revelam-se construções históricas, paisagens singulares, manifestações artísticas, celebrações, saberes. Um património cultural, material e imaterial, que alheios às classificações teóricas, possuem uma teia de significados no que respeita à identidade e memória de cada lugar. A estratégia de recuperação e manutenção das antigas quintas rurais do concelho de Montijo reforça os valores simbólicos e identidades, e pode constituir uma âncora para um desenvolvimento territorial equilibrado e com coesão social. Este é o caso da Quinta da Atalaia que, independentemente da sua nobreza ou função específica, destaca-se pela singularidade em relação às construções vizinhas, ou mesmo pela identidade que foi ganhando no imaginário colectivo, e que, sem dúvida, a sua reconstrução e recuperação mantém e até reforça essa identidade para além da sua função inicial. Foi dentro desta linha estratégica que desenvolvemos as obras de reconstrução da Quinta da Atalaia com vista a dignificar o museu agrícola. Após as obras, a actual estrutura da quinta mantém-se praticamente idêntica à obtida pelos historiadores, e inscrita num registo de hipotecas de 1874. Uma zona habitacional, com as respectivas casas do caseiro e as casas para a malta (trabalhadores agrícolas eventuais), e o palheiro as abegoarias, adega, pomar e poços de água para regadio. No início do século XX são construídos a destilaria e é instalada a industrialização do lagar de azeite. A ênfase na melhoria do espaço público, a par do esforço na recuperação do património cultural arquitectónico e paisagístico e na valorização de equipamentos colectivos, tem como linha estratégica no Montijo o pensar num funcionamento “em sistema” da cidade. Contudo, aceitar este desafio implica algo mais do que a mera intervenção física. É fundamental pensar no plano da inclusão social. Procurando uma maior facilitação no plano da inclusão social e a criação de uma cidade mais robusta face aos processos de marginalização social, tirando partido da proximidade do nível local. A importância do património, ainda que este seja modesto, é um objecto de cada vez maior consenso na sociedade. O desafio que se coloca hoje em dia é maior integração e mais protecção. Entendendo o património cultural dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local, cabe a todos nós montijenses, donos e criadores de tamanha riqueza,*

*mantermo-nos atentos para reconhecer, valorizar, registar, fiscalizar e defender todo o nosso património, recusando a padronização e tendo orgulho na nossa identidade. Pelo trabalho que foi realizado durante a última década na salvaguarda do património de Montijo e pela responsabilidade que, enquanto eleitos sempre colocamos numa política cultural activa, estamos certos de continuar com a grande tarefa da defesa dos nossos valores enquanto comunidade local”.*-----

*A Senhora Vereadora Clara Silva leu as seguintes declarações, cujo teor a seguir se transcreve: “1 - EDUCAÇÃO – Reuniu ontem, dia 28 de Abril, o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Canha, Pegões e Santo Isidro, tendo como ponto da ordem de trabalhos a eleição do director do Agrupamento. Apresentaram candidaturas ao lugar três professores, tendo os mesmos sido admitidos. Dois dos candidatos, apresentaram por escrito a sua desistência ao lugar, pelo que apenas um foi votado na referida reunião. Assim o Conselho Geral Transitório do Agrupamento de Escolas de Canha, Pegões e Santo Isidro elegeu para o lugar de Director o Senhor Professor Jorge Romão. Nos restantes agrupamentos e Escolas Secundárias, o processo encontra-se na fase de elaboração do relatório de avaliação de candidaturas.” “2 - Comemora-se hoje o **Dia Mundial da Dança**. A 27 de Abril foi o dia que nasceu o criador do ballet-moderno Jean Noverre, comemora-se o dia Mundial da Dança por forma a celebrar esta arte e em simultâneo a sua universalidade. Desde 1982 que a UNESCO encomenda a uma personalidade de renome internacional uma mensagem para este dia. Este ano é da autoria do bailarino – coreografo Akrem Khan, nasceu em 1974 em Londres e a sua família é originária de Bangladesh. “Este dia muito especial é dedicado à única linguagem que, neste mundo, cada um de nós sabe falar. Uma linguagem inerente aos nossos corpos e às nossas almas, à dos nossos antepassados e dos nossos filhos. Este dia é dedicado a cada deus, guru ou ave que nos ensinou e inspirou. A cada cântico, impulso e instante, que nos incitou a mexer. É dedicado à criança que gostaria de se movimentar como o seu ídolo e à sua mãe que lhe diz “já o podes fazer”. Este dia é dedicado a cada ser com o seu credo, cor e cultura, que transforma as tradições do seu passado em histórias do presente e sonhos para o futuro. Este dia é dedicado à Dança. À sua miríade de dialectos e ao seu imenso poder de exprimir, de transformar, de unir e de deliciar...” A Câmara Municipal de Montijo e o Cine-Teatro Joaquim de Almeida na esteira do seu trabalho, pelo acesso do cidadão aos bens culturais no domínio das artes enquanto vector fundamental para o desenvolvimento social e cultural da comunidade elaborou um programa para este dia a saber: **29 de Abril** 16 horas – Workshop de Dança Contemporânea; 17 horas – Workshop de Danças de Salão; 21 horas – Exposição – “Uma Carta Coreográfica”; 21 horas e trinta minutos – Espectáculo – “Dança com e Para todos” e Cercima – “Grupo Mudanças à Parte” “3 – **1.º De Maio** No dia 1.º de Maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, em*



*manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada de trabalho para oito horas. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Quatro dias depois da reivindicação de Chicago, a 5 de Maio os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos 123 anos depois das grandiosas manifestações dos operários de Chicago pela luta das oito horas de trabalho e da brutal repressão patronal e policial que se abateu sobre os manifestantes. Comemora-se na Europa o dia do trabalhador – 1.º de Maio – Assim e porque os poetas têm um ritmo diferente **dedico aos trabalhadores em geral e aos trabalhadores da Câmara Municipal de Montijo em particular um** Excerto do “**Operário em Construção**” “Era ele que erguia casas Onde antes só havia chão. Como um pássaro sem asas Ele subia com as asas Que lhe brotavam da mão. Mas tudo desconhecia De sua grande missão: Não sabia por exemplo Que a casa de um homem é um templo Um templo sem religião Como tampouco sabia Que a casa que ele fazia Sendo a sua liberdade Era a sua escravidão. De fato como podia Um operário em construção Compreender porque um tijolo Valia mais do que um pão? Tijolos ele empilhava Com pá, cimento e esquadria Quanto ao pão, ele o comia Mas fosse comer tijolo! E assim o operário ia Com suor e com cimento Erguendo uma casa aqui Adiante um apartamento Além uma igreja, à frente Um quartel e uma prisão: Prisão de que sofreria Não fosse eventualmente Um operário em construção. Mas ele desconhecia Esse fato extraordinário: Que o operário faz a coisa E a coisa faz o operário. De forma que, certo dia À mesa, ao cortar o pão O operário foi tomado De uma súbita emoção Ao constatar assombrado Que tudo naquela mesa – Garrafa, prato, facão Era ele quem fazia Ele, um humilde operário Um operário em construção. Olhou em torno: a gamela Banco, enxerga, caldeirão, Vidro, parede, janela Casa, cidade, nação! Tudo, tudo o que existia Era ele quem os fazia Ele, um humilde operário Um operário que sabia Exercer a profissão. Ah! Homens de pensamento Não sabereis nunca o quanto Aquele humilde operário Soube naquele momento Naquela casa vazia Que ele mesmo levantara Um mundo novo nascia De que nem sequer suspeitava. O operário emocionado Olhou sua própria mão Sua rude mão de operário De operário em construção E olhando bem para ela Teve por um segundo a impressão De que não havia no mundo Coisa que fosse mais bela. “ Vinicius de Moraes.-----  
O Senhor Vereador Renato Gonçalves leu a seguinte declaração - “**Piscina Municipal Despesas Correntes e Despesas de Capital Ano Civil e Financeiro de 2008** 1. Despesas de Tratamento e Manutenção da Água = € 22.413,02 (IVA incluído às taxas legais vigentes de 21% e 20%) 2. Despesas de Manutenção, Reparação e Conservação da Instalação Desportiva e Equipamentos = € 24.083,61 (IVA incluído às taxas legais vigentes de 21% e 20%) 3. Despesas com a aquisição de material desportivo e pedagógico e*

outros bens = €4.204,35 (IVA incluído às taxas legais vigentes de 20% e 21%)  
4. Despesas com a aquisição de Equipamentos Electromecânicos € 6.443,00  
(IVA incluído às taxas legais vigentes de 21% e 20%) **Total = € 57.143,98**----

A **Senhora Presidente** leu a declaração cujo teor a seguir se transcreve:  
**“Intervenção sobre a crise internacional** - Vivemos uma profunda crise económica e financeira. Nuns países vivemos em depressão, noutros em recessão. Bil Boner faz a distinção entre os dois conceitos “Uma recessão é uma pausa numa economia, em outros aspectos saudável e em crescimento. Uma depressão acontece quando a economia cai morta”. A actual crise financeira e económica mundial teve, aparentemente, origem nos Estados Unidos, quando no Verão de 2007, dá-se um súbito congelamento dos mercados monetários globais, um fenómeno inédito na história do sistema financeiro, que indicava a perda de confiança mútua entre os grandes bancos internacionais, foi o primeiro sinal inequívoco de ruptura de um padrão de vida que, embora reconhecidamente insustentável, não só persistia nos países desenvolvidos, como alastrava a todo o mundo. Dizemos que a crise teve aparentemente origem no verão de 2007, porque desde a década de 1980, a economia mundial está a ser guiada por políticas económicas neoliberais tais como abertura ao comércio, ao investimento directo estrangeiro e aos fluxos de capital financeiro, assim como o desmantelamento de regulações governamentais nos mercados financeiros, de mercadorias e de trabalho. Estas políticas reduzem o papel das intervenções políticas macroeconómicas com a pretensão de que o capitalismo de livre mercado aumentaria a eficiência, o crescimento e proporcionaria uma distribuição razoável. Contudo, após duas décadas de dominação de políticas neoliberais, o crescimento em média é mais baixo, o problema do desemprego persiste e a distribuição do rendimento está a mudar a expensas do trabalho tanto no Norte como no Sul. O aumento na mobilidade do capital e a estagnação da procura agregada tem sido as forças centrais por trás deste desenvolvimento sincronizado. A estagnação da procura levou a desemprego mais alto e desgastou o poder de negociação do trabalho em relação ao capital. Neste meio tempo, o aumento na mobilidade do capital não só contribuiu para este desgaste do poder de negociação do trabalho como também aumentou a fragilidade inerente ao sistema, através da financiarização e especulação agravadas. As duras políticas fiscais e monetárias, e de diminuição da fatia do trabalho no rendimento, estabeleceu as condições para o círculo vicioso da procura agregada deficiente, baixo crescimento, baixo emprego e uma tendência de crise da economia global. A fragilidade financeira numa economia global desregulamentada e este círculo vicioso de desigualdades na distribuição dos rendimentos são as causas estruturais da actual crise financeira global. Do lado económico real, todas as economias avançadas que representam 55% do PIB global (EUA, Eurozona, Reino Unido, outros países europeus, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia) entraram numa recessão mesmo antes dos choques financeiros maciços que, começados no



*fim do Verão de 2008, fizeram o esmagamento da liquidez e do crédito ainda mais virulentos e portanto provocaram uma recessão ainda mais severa do que aquela principiada na Primavera. Temos assim uma severa recessão, uma severa crise financeira e uma severa crise bancária nas economias avançadas. Quase 20 milhões de pessoas estão sem emprego no espaço comunitário, sendo 480 mil portugueses. Em Espanha (destino de um terço das nossas exportações) o número de desempregados ultrapassa já os 3 milhões. Estes números traduzem a gravidade da crise que afecta o mundo inteiro, e que, se não for superada, ou pelo menos minimizada a breve prazo, vai tornar-se numa “grave crise social e política, com efeitos assustadores entre os trabalhadores mais vulneráveis e as famílias de baixo rendimento”, como alerta o secretário-geral da OCDE. Se é verdade que o despoletar da crise começou no sector financeiro, a sua origem é mais profunda, porque os lucros financeiros também dependiam do reverso da medalha dos salários estagnados, nomeadamente dos maciços empréstimos contraídos por quem trabalha e não especula. Como o aumento do consumo tornou-se a medida do êxito pessoal na vida, a estagnação dos salários desde os anos 70 nos EUA, por exemplo, tornou a maioria dos trabalhadores americanos extraordinariamente vulneráveis às novas ofertas de crédito para consumo. É aí que entram os bancos, implacavelmente, a oferecerem cartões de crédito, empréstimos sobre a situação líquida das casas hipotecadas, empréstimos a estudantes e muito mais. Os trabalhadores endividaram-se numa soma recorde. Os bancos empacotaram essas dívidas em novos títulos e venderam-nos a todos os que procuravam investir. O conflito entre administradores corporativos e trabalhadores produtivos ajudou a produzir tanto a estagnação dos salários dos últimos 25 anos como a resultante bolha de excedente que inchou e acabou por explodir em 2008. Na avaliação da crise nos diversos países, é preciso saber distinguir os países sem défices significativos de transacções correntes e até mesmo com excedentes de transacções correntes, dos países com um elevado défice de transacções correntes e dependência de fluxos de capita. No entanto, quer os países com mais défices comerciais e orçamentais, quer os que não os tinham estão a ser vítimas da crise do sub prime dos EUA. No caso português, quando estávamos a controlar o défice externo, quando estávamos a investir nas energias alternativas, cujo défice energético, como sabemos, corresponde a metade do défice externo português, apanhámos com esta crise internacional. Se não tivéssemos feito o esforço que fizemos para controlar o défice não poderíamos, agora, apoiar os desempregados, os mais pobres nem as famílias e as empresas. Mesmo assim, não iremos ter défices orçamentais nem taxas de desemprego semelhantes a Espanha, à Alemanha e a muitos outros países europeus. É um engano, uma falsidade, um erro histórico atribuir a actual crise portuguesa ao governo português. A Irlanda, A*



*Islândia, a Alemanha a Inglaterra, entre outros países estão, actualmente, com défices orçamentais superiores ao nosso e com taxas de desemprego incomparavelmente superiores à portuguesa. Esses países eram, há semanas, apontados pelos partidos que agora criticam o governo português, como países modelo em termos de desenvolvimento sustentável e estrutural. Vivemos tempos difíceis e também a nível local há um papel importante, a desempenhar pelos municípios, no processo de combate à actual crise. O poder local tem sido um dos mais importantes pilares da construção democrática em Portugal. O poder local tem a capacidade efectiva para enfrentar e resolver muitos problemas das populações, em virtude do conhecimento mais aprofundado desses problemas, que só uma efectiva proximidade permite. Ao nível dos municípios há um papel decisivo naquilo que tem a ver com a criação de condições de confiança no relacionamento com os agentes económicos locais. Por outro lado, os municípios têm um papel, à escala local e regional, de agente de promoção de investimento. Esta intervenção dos municípios é uma forma de incentivar e dinamizar a economia local, promover a manutenção e criação de emprego, a atractividade dos espaços e a qualidade de vida dos cidadãos. Hoje, face à retracção da actividade do sector privado, torna-se fundamental reforçar a intervenção pública em áreas consideradas prioritárias e com impacto no desenvolvimento local e regional, como são exemplos, a intervenção acrescida nas políticas públicas na área da educação, da regeneração urbana, das energias renováveis ou na promoção do desenvolvimento local. Também à escala local, é importante dar confiança às empresas. E isso passa, por exemplo, por uma cultura de pagamento atempado por parte das entidades públicas, centrais e locais, e pela promoção de uma cultura de boas práticas e uma redobrada atenção em torno do bom desempenho na relação com os agentes económicos locais. Existem ainda outros aspectos com impacto nos cidadãos e nas empresas, que têm a ver com o investimento na modernização administrativa, que se traduzem na simplificação, na agilização de procedimentos, na eficácia dos serviços. A simplificação de procedimentos, a agilização dos procedimentos de licenciamento e a desmaterialização dos processos, possibilitada pela aprovação do novo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, veio permitir uma agilização das decisões quer em matéria de intervenção municipal quer no que se refere a consultas a entidades da administração central com intervenção nesses processos. A implementação progressiva de uma estratégia de descentralização leva os municípios a concentrarem-se em políticas sociais de proximidade como as que crescentemente os levam a assumir novas competências em áreas como a Educação, a Saúde ou a Acção Social. Importa aprofundar uma verdadeira descentralização, completando o processo de transferência de competências para os municípios e freguesias, mas com a alocação dos recursos correspondentes e necessários. Passar a uma efectiva descentralização de competências com base na visão de que, a*



nível local, em domínios como a educação, a acção social, a saúde, a gestão das áreas ribeirinhas ou a gestão de espaços florestais, a proximidade permite uma gestão mais qualificada, com maior eficiência e atenção às dinâmicas locais”.-----

**O Vereador Serra da Graça** leu a seguinte **Saudação** - “Em 1889, três anos depois das manifestações de Chicago, o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. Passado um século, o dia 1º de Maio mantém todo o significado e actualidade. Saudamos a luta dos trabalhadores portugueses por melhores condições de trabalho e de vida, conforme o espírito do 25 de Abril de 1974”.-----

**O Vereador Nuno Ferrão** referiu que visitou a Frente Ribeirinha e constatou que a protecção metálica da ponte e do Cais das Faluas apresentam manchas amarelas que dão uma imagem desagradável e que aparenta sinais de oxidação. Por outro lado, os degraus de acesso ao Espelho de Água apresentam um conjunto de arbustos e ervas que não embelezam o espaço, que até está dotado de tubagem de borracha para aparente rega gota-a-gota e que permitirá a colocação de flores para um mais belo enquadramento. Referiu ainda, a necessidade de colocar equipamentos neste espaço a fim de reter, quer adultos, quer os jovens que visitam este espaço. Quanto aos danos na iluminação rasteira, será desejável alargar a sua protecção, no seguimento daquilo que já se fez para lá do moinho de maré”.-----

**O Vereador Nuno Canta** disse que em relação às manchas amarelas na protecção metálica o empreiteiro foi chamado ao local, logo que se verificou estas manchas e após demonstração de limpeza com um produto próprio, estas não são derivadas de oxidação, mas sim sujidade que vai ganhando com o salitre do mar. Esta protecção metálica é de aço inox 316, com gramagem intensa e resistente, foi pedido e cumprido conforme projecto, foi feita uma verificação do aço também por questões de segurança, através de um laboratório acreditado. A obra foi recepcionada provisoriamente e está a ser acompanhada. Relativamente aos degraus são floreiras com salgadeiras que vão crescendo e ocupando a floreira toda. Existe alguma utilização abusiva, mas até ao Verão vão ser repostas as plantas. Quanto à iluminação danificada, inicialmente foram colocadas lâmpadas sem protecção e recentemente foi feita uma melhoria e foi colocada protecção às lâmpadas em aço inox. Em relação ao espaço existe uma candidatura de regeneração do centro urbano da cidade o qual inclui na Zona Ribeirinha esses jardins e espaços comerciais de forma a obter uma maior permanência das pessoas na zona.-----

**A Senhora Presidente** informou que há duas entidades que pretendem investir na Zona Ribeirinha, a Câmara está a desenvolver esforços e

*encontra-se disponível para a concessão do espaço. Acredita que a prazo vamos ter aqui uma zona de excelência.*-----

*A Vereadora Lucília Ferra saudou o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador aproveitando a saudação para sublinhar a aparente disponibilidade do Governo em retroceder nalgumas Normas Leoninas no Código do Trabalho em Função Pública. Pediu ainda informação sobre o Estado das Candidaturas apresentadas pelo Município ao QREN.*-----

*A Vereadora Clara Silva disse que foram presentes três candidaturas que foram aprovadas, nomeadamente para o pré-escolar do Afonsoeiro, para o pré-escolar do Alto-Estanqueiro e para o pré-escolar da Jardia, o alargamento da Escola do Afonsoeiro e os arranjos exteriores também foram aprovadas, foram apresentadas também, duas candidaturas na segunda fase, uma já se encontra aprovada e está a decorrer que é a “Bola de Neve” ou seja é a aplicação do plano municipal para a igualdade à organização da Câmara Municipal de Montijo e foi feita outra candidatura para elaboração do perfil do emigrante que aguarda-se resposta.*-----

*O Vereador Nuno Canta disse que a candidatura para Regeneração Urbana integra vários projectos, designadamente Quinta do Pátio d’ Água, Praça Gomes Freire de Andrade, Mercado Municipal, Parque Urbano das Piscinas e na sequência a Zona Ribeirinha e também a qualificação do edifício do Cais dos Vapores, são intervenções no centro da cidade que visam dinamizar o comércio e para que os cidadãos tenham os serviços municipais mais centralizados e que percorram a pé no mínimo de espaço.*-----

*A Senhora Presidente disse que só faz sentido tudo junto porque é uma parceria e além do grande investimento têm que demonstrar que podem realizar as obras no prazo de dezoito meses. E ainda que não seja candidatáveis, a ideia pode singrar com meios próprios da Câmara com recursos financeiros que a Câmara vai tendo, mas num período de tempo mais alargado.*-----

*A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular no período compreendido **entre 13 e 24 de Abril de 2009**: - Licenças Administrativas: 1; - Autorizações Administrativas: 1; - Projecto de Arquitectura: 1; - Informações Prévias: 1; Propriedade Horizontal: 1; Certidões: 1; - Licenças de Utilização: 12; - Loteamentos: 1.--*

*O Senhor Vereador Nuno Canta apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.*-----

*O Senhor Vereador Renato Gonçalves apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos*



*termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.*-----

***Pelas dezanove horas e um minuto foi interrompida a ordem de trabalhos para dar início à intervenção do público, previsto pelo artigo 84º, nºs. 6 e 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi pelo munícipe abaixo identificado colocada a seguinte questão:***-----

***O Senhor António Bernardo disse que existe vandalismo onde mora e que perto da sua habitação, na Rua Amadeu Moura Stoffel, n.º 128, existe um cabo de alta tensão danificado.***-----

***A Senhora Presidente disse que ia averiguar a situação exposta.***-----

***Pelas dezanove horas e cinco minutos foi retomada a ordem de trabalhos.***---

*Foi presente para aprovação a Acta número 08/2009, tendo sido aprovada com seis votos a favor e uma abstenção da Senhora Presidente.*-----

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

## **ORDEM DO DIA**

### **I – ORGÃOS AUTÁRQUICOS**

***I – PROPOSTA Nº. 1529/09 – A APROVAÇÃO, DA ADESÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO À REDE DOS TERRITÓRIOS DE CO-RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DA EUROPA*** - A Câmara Municipal de Montijo foi convidada a assumir-se como protótipo de entidade incubadora de cidadania social, no quadro de um projecto desenvolvido pelo Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa. Para esse efeito, em 08.11.2007, foi celebrado um Protocolo entre a **Câmara Municipal de Montijo** e o Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, no qual a Câmara se assume como Instituição Participante do Projecto, na vertente tecnológica e com o perfil de entidade incubadora da investigação. Associando um intenso trabalho de investigação em torno da cidadania e do acesso ao conhecimento, este Projecto pretende explorar a dimensão local, através de uma abordagem reflexiva, que associe os cidadãos, enquanto actores dos processos de desenvolvimento do seu território. A metodologia participativa baseia-se no envolvimento de pequenos colectivos de cidadãos, em várias freguesias do Concelho e das áreas funcionais da Cidade. A Câmara Municipal de Montijo, foi convidada a participar, através do Grupo de Trabalho do Gabinete do Esteval/Observatório do Cidadão no Projecto

“Spiral”, no quadro das actividades da Divisão para o Desenvolvimento da Coesão Social do Conselho da Europa. Este projecto está integrado na **Rede dos Territórios de Co-Responsabilidade do Conselho da Europa** – Considerando que a Câmara Municipal do Montijo foi a primeira Câmara do País a receber este convite; - Considerando que esta adesão permitirá construir os indicadores para um melhor desenvolvimento do Conselho, resultando num bem-estar dos Cidadãos; - Considerando que esta adesão não implica custos financeiros para a Autarquia; - Considerando o disposto no artigo 64º n.º 4 alínea f) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro; **Propõe-se** que o Executivo Municipal delibere: - **A aprovação, da adesão da Câmara Municipal de Montijo à rede dos Territórios de Co-Responsabilidade do Conselho da Europa.**(Proposta subscrita pela Senhora Presidente. -----  
**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.-----

## **II – DIVISÃO DE ECONOMIA E TURISMO**

**I – PROPOSTA Nº. 1530/09 – AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DAS BANCAS DE VENDA DE LACTICÍNIOS NÚMEROS 5 E 6 DO MERCADO MUNICIPAL Nº. 1-** A requerente **Américo Gonçalves & Rodrigues, Lda.**, titular do direito de ocupação das bancas de venda de lacticínios números 5 e 6 do Mercado Municipal n.º 1, solicita autorização de cedência dos direitos de exploração daquele espaço, a favor da firma **Recados Fresquinhos – Produtos Alimentares, Lda.**, com o NIPC 508009073 e com sede na Praceta António Ferreira da Costa, lote 6, 1º. Dtº 2955-041 Pinhal Novo, Palmela. Assim, e considerando que: 1) A pretensão da requerente está prevista no artigo 16º. do Regulamento dos Mercados em vigor, desde que a Câmara o autorize, e 2) A interessada deverá ser informada sobre o valor da renda a pagar mensalmente que se fixa em **143,57 € (cento e quarenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos)**. **Propõe-se** que o Executivo Municipal delibere favoravelmente: 1) A autorização de cedência das bancas de venda de lacticínios números 5 e 6 do Mercado Municipal n.º. 1(Proposta subscrita pelo Vereador Renato Gonçalves).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

## **III – DIVISÃO SOCIAL, CULTURAL E DE ENSINO**

**I – PROPOSTA Nº. 1531/09 – ATRIBUIÇÃO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SUBSÍDIO PARA ALIMENTAÇÃO EM REFEITÓRIO ESCOLAR DAS CRIANÇAS SOCIO-ECONOMICAMENTE CARENCIADAS (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO) DURANTE O 3º PERÍODO LECTIVO DO ANO 2008/2009** – Em reunião de Câmara de 23/01/2008, este Executivo aprovou por unanimidade a Proposta Nº. 903/08 referente às Normas Orientadoras do Estudo Sócio-Económico da População Pré-Escolar e Escolar do 1º Ciclo e do Processo de Atribuição de Auxílios Económicos, relativas ao ano lectivo 2008/2009. Posteriormente, Nas Reuniões de Câmara realizadas em 20/08/2008, 1/10/2008 e 4/02/2009, foram aprovadas respectivamente as Propostas n.ºs 1204/08, 1259/08 e 1432/09, referentes à atribuição aos Agrupamentos de Escolas das primeira, segunda, terceira e quarta presta-



*ções do subsídio para alimentação em refeitório escolar das crianças carenciadas (educação pré-escolar e 1º ciclo) durante os 1º e 2º períodos lectivos do ano 2008/2009. É neste âmbito que, de acordo com o ponto 3. das Normas de Atribuição de Auxílios Económicos, **PROPONHO** a V. Exas. a atribuição imediata aos Agrupamentos de Escolas dos valores que se discriminam no quadro seguinte, os quais se referem ao subsídio para alimentação em refeitório escolar das crianças economicamente carenciadas da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, durante o 3º período do presente ano lectivo.*-----

<i>Agrupamentos de Escolas</i>	<i>Valor a atribuir (5ª Prestação)</i>
<i>Agrupamento de Escolas do Afonsoeiro e Sarilhos Grandes</i>	<i>9.000,00 €</i>
<i>Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho</i>	<i>5.250,00 €</i>
<i>Agrupamento de Escolas de Montijo</i>	<i>25.000,00 €</i>
<i>Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro</i>	<i>10.000,00 €</i>
<b>TOTAL</b>	<b>49.250,00 €</b>

*Os referidos valores foram estimados tendo em conta o número de crianças sócio-Economicamente carenciadas existentes em cada Agrupamento de Escolas, o número de dias lectivos correspondentes ao 3º período escolar e o preço da refeição para os alunos definido pelo Ministério da Educação para o presente ano escolar (1,46 €/dia/criança). Código Orçamental: 06.02/-04.05.01.03 (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).*-----

***Deliberação:*** *Aprovada por Unanimidade.*-----

**2 – PROPOSTA Nº. 1532/09 – ATRIBUIÇÃO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SUBSÍDIO PARA FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR ÀS CRIANÇAS SÓCIO-ECONOMICAMENTE CARENCIADAS (EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO) DURANTE O 3º PERÍODO LECTIVO DO ANO 2008/2009 -**

*Em reunião de Câmara de 23/01/2008, este Executivo aprovou por unanimidade a Proposta nº 903/08 referente às Normas Orientadoras do Estudo Sócio-económico da População Pré-Escolar e Escolar do 1º Ciclo e do Processo de Atribuição de Auxílios Económicos, relativas ao ano lectivo 2008/2009. Posteriormente, nas Reuniões de Câmara de 01/10/08 e 04/02/2009, foram aprovadas respectivamente as Propostas nº 1258/08 e nº 1431/09 referentes à atribuição, aos Agrupamentos de Escolas, de um subsídio para concessão de suplemento alimentar às crianças carenciadas (educação pré-escolar e 1º ciclo) durante os 1º e 2º períodos lectivos do ano 2008/2009. É neste âmbito que **PROPONHO** a V. Exas. a atribuição imediata, aos Agrupamentos de Escolas, dos valores que se discriminam no quadro seguinte, os quais se referem ao subsídio para fornecimento de suplemento alimentar às crianças economicamente carenciadas da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, durante o 3º período do presente ano lectivo.-*

<i>Agrupamentos de Escolas</i>	<i>Valor a atribuir</i>
<i>Agrupamento de Escolas do Afonsoeiro e Sarilhos Grandes</i>	<i>3.400,00 €</i>

<i>Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho</i>	2.200,00 €
<i>Agrupamento de Escolas de Montijo</i>	10.500,00 €
<i>Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro</i>	3.700,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>19.800,00 €</b>

*Os valores apresentados no quadro anterior foram estimados tendo em conta o número de crianças sócio-economicamente carenciadas existentes em cada Agrupamento de Escolas, o número de dias lectivos correspondentes ao 3º período e o valor de suplemento definido pela Câmara Municipal para o presente ano escolar (0,45 €/dia/criança). Código Orçamental: 06.02/04.05.01.03 (Proposta Subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva). -----*

***Deliberação:*** *Aprovada por Unanimidade.-----*

**3 – PROPOSTA Nº. 1533/09 – APROVAÇÃO DA RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO E A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA E ATRIBUIÇÃO DE VERBA NO VALOR DE 3.000,00 €.** – *A Câmara Municipal de Montijo, através do Espaço Informação Mulheres, iniciou em 2001 um trabalho de parceria com a Associação de Mulheres Contra a Violência. A AMCV, é uma Associação de âmbito nacional, com acento no Conselho Consultivo das ONG nas Nações Unidas, que trabalha no âmbito da erradicação da violência contra as mulheres e crianças. Este serviço da Autarquia que até ao momento registou 703 utentes, sendo a maior procura por motivo de violência, tem requerido frequentemente o apoio desta Associação. Esta parceria efectivou-se através da assinatura de um protocolo, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade na reunião do Executivo Municipal de 30.01.02 (Proposta nº 76/02). – Considerando que o trabalho em parceria cria melhores condições para fazer face aos problemas dos municípios, no presente caso mulheres e crianças vítimas de violência; Considerando que a Associação de Mulheres Contra a Violência tem prestado apoio ao Espaço Informação Mulheres quer através de respostas para utentes, quer através da consultadoria técnica; Considerando que no âmbito do protocolo assinado, a Associação tem prestado apoio técnico à Rede de Apoio a Mulheres em Situação de Violência do Conselho de Montijo, bem como ministrado formação a Técnicos/as que trabalham nesta área no Concelho; Considerando o disposto no artigo 64º nº 4 alínea b) da Lei das Autarquias Locais, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/02, de 11 de Janeiro; Considerando o Plano de Actividades proposto para o Ano de 2009 (com a actividade acrescida e destinada ao Projecto “Bola de Neve”) que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido, **Propõe-se:** A aprovação da renovação do Protocolo anexo à presente proposta; A aprovação nos termos do nº 2 e do nº 3 da cláusula 3ª. do referido protocolo, da atribuição à A.M.C.V. da verba de 3.000,00 €. Código Orçamental: 06.02/04.07.01.99 (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----*

***Deliberação:*** *Aprovada por Unanimidade.-----*

**4 – PROPOSTA Nº. 1534/09 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO MONTIJO PARA PAGAMENTO A PESSOAS SINGULARES**



*(HORAS DE LIMPEZA) – No âmbito do recente processo de transferência de competências na área da Educação para os Municípios, PROponho a V. Exas. a atribuição ao Agrupamento de Escolas de Montijo de um subsídio no valor de 5.570,75 € (cinco mil quinhentos e setenta euros e setenta e cinco cêntimos), para efeitos de comparticipação nas despesas relativas ao pagamento, a quatro pessoas singulares, de um total de 115 horas de limpeza dos edifícios escolares e dos respectivos subsídios de refeição e descontos para a Segurança Social. Código Orçamental: 06.02/04.07.01.99. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----*

*Deliberação: Aprovada por Unanimidade.-----*

#### **IV – DIVISÃO DE DESPORTO**

***1 – PROPOSTA Nº. 1535/09 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À SOCIEDADE RECREATIVA DE PEGÕES VELHOS, NA MODALIDADE DE SUBSÍDIO E NO MONTANTE DE 550,00 € PARA APOIO A EVENTO DESPORTIVO PONTUAL A Sociedade Recreativa de Pegões Velhos, pessoa colectiva de direito privado e tipo associativo sem fins lucrativos, com sede social na Freguesia de Santo Isidro de Pegões, vai promover, organizar, dinamizar e desenvolver um evento desportivo pontual da modalidade de BTT no próximo dia 17 de Maio de 2009, na região Este do Concelho. O passeio de BTT irá percorrer as Freguesias de Santo Isidro de Pegões, Pegões e Canha, inserindo-se nas Festas Populares de Santo Isidro de Pegões e no respectivo programa. A prova de BTT em apreço, de carácter informal e recreativo, será aberta a todos os escalões e participantes, revestindo âmbito associativo e caracterizando-se pelo seu pioneirismo e inovação no que concerne às actividades e iniciativas desportivas da colectividade organizadora, consubstanciando a constituição de uma nova secção desportiva na agremiação. A prova de BTT em causa terá nível local e concelhio nesta sua primeira edição, estimando a associação promotora a participação de 150 atletas. Com vista à obtenção de comparticipação financeira a conceder pela Câmara Municipal nos termos regulamentares, a associação apresentou a respectiva candidatura a subsídio, a qual se insere no programa de apoio a eventos desportivos pontuais previsto e regulado nos artigos 11º e 12º do Regulamento de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo Associativo vigente, tendo solicitado através da mesma apoio financeiro para a promoção e divulgação, transportes e aquisição e/ou aluguer de material, nomeadamente contentores metálicos destinados a balneários e vestiários. Compete à Câmara Municipal “apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra”, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Nos termos do estimado estipulado pelo n.º 1 do artigo 46º da Lei***



n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, os clubes desportivos podem beneficiar de atribuição de apoios financeiros pelas Autarquias Locais. Neste sentido, **proponho** a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 550,00 (quinhentos e cinquenta euros) à Sociedade Recreativa de Pegões Velhos, relativo à prova de BTT que decorrerá no próximo dia 17 de Maio de 2009 inserido no programa das Festas Populares de Santo Isidro de Pegões, para participação nas despesas candidatadas acima referidas. A deliberação em apreço é tomada ao abrigo e com fundamento no disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e bem assim no estatuído e preceituado pelos artigos 11º e 12º alíneas a), b) e c), do Regulamento de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo Associativo, aprovado pela Assembleia Municipal em 28 de Setembro de 2004, sendo que o apoio concedido, na modalidade de subsídio, deverá constar da relação a publicar em edital e em jornal regional, conforme o preceituado no artigo 1.º, n.º 1 e no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto. Código Orçamental: 0601/04070199. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Renato Gonçalves). -----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

#### **V – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

**1 – PROPOSTA N.º 1536/09 – DIREITO DE PREFERÊNCIA NAS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO DECRETO N.º 19/08, DE 01 DE JULHO – RATIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE RENÚNCIA** *Considerando que:* 1) A recente publicação e entrada em vigor do Decreto n.º 19/2008, de 01 de Julho, que veio estabelecer as medidas preventivas nas áreas destinadas à implantação do novo aeroporto de Lisboa (NAL), veio também criar, a favor dos Municípios abrangidos, um direito de preferência nas transmissões a título oneroso entre particulares de terrenos ou edifícios situados nas áreas sujeitas às medidas constantes daquele mesmo Decreto, relativamente a transmissões na área da zona 10 exterior às zonas 1 a 9, tudo conforme o disposto nos n.ºs. 1 e 3 do artigo 10º do citado Decreto n.º 19/08. 2) Tendo presente a salvaguarda do interesse público em geral e do interesse municipal em particular, foram apreciados os pedidos dos particulares, tendo presente que só em casos muito pontuais será de ponderar o efectivo exercício de tal direito de preferência pelo Município. 3) Face à necessidade de acautelar o cumprimento pelos particulares desta nova exigência legal em todas as transmissões onerosas de imóveis situados na área supra identificada e face ainda à necessidade de assegurar que tal direito não constitua uma forma de paralisar a actividade económica do Concelho neste domínio de actividade, entendeu-se privilegiar o objectivo de responder, de forma célere e em tempo útil a todos os pedidos formulados, emitindo declaração de renúncia que permitisse aos particulares concretizar, de forma também célere, os seus negócios. 4) Mostra-se, no entanto, agora necessário submeter a ratificação da Câmara Municipal, as declarações de renúncia ao direito de



*preferência subscritas pela Senhora Presidente no período compreendido entre 14 de Abril de 2009 e 27 de Abril de 2009, tudo de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 10º do Decreto n.º 19/2008, conforme listagem que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. Nestes termos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere o seguinte: Ratificar todas as declarações de renúncia ao direito de preferência subscritas pela Senhora Presidente nos seguintes processos, constituído por força do disposto no artigo 10º do Decreto n.º 19/2008, de 01 de Julho, no período compreendido entre 14 de Abril de 2009 e 27 de Abril de 2009, conforme lista que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----*

***Deliberação:*** *Aprovada por Unanimidade.-----  
Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo.-----*

*E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram dezanove horas e vinte oito minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----*

*E eu,*

*Assistente Técnica da Divisão  
de Gestão Administrativa do DAF, a mandei escrever, subscrevo e assino.----*

*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Antunes*